



PROJECT MUSE®

---

Da II Guerra Mundial à Guerra Fria: Conexões entre os  
exércitos do Brasil e dos Estados Unidos

Eduardo Munhoz Svartman

Latin American Research Review, Volume 49, Number 1, 2014, pp. 83-103  
(Article)

Published by Latin American Studies Association

DOI: <https://doi.org/10.1353/lar.2014.0011>



➔ *For additional information about this article*

<https://muse.jhu.edu/article/540859>

# DA II GUERRA MUNDIAL À GUERRA FRIA

## Conexões entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos

*Eduardo Munhoz Svartman*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

*Resumo: Este texto aborda, a partir da estruturação e funcionamento de canais institucionais, a cooperação e influência norte-americana sobre o Exército Brasileiro na década de 1940 e início de 1950. Estes canais foram as comissões militares mistas que funcionaram em Washington e no Rio de Janeiro a partir de 1942, os programas de visita e treinamento de militares brasileiros nos EUA e os programas de assistência norte-americana às instituições de ensino militar no Brasil. Tais programas, somados às transferências de material bélico, resultaram numa forte influência organizacional, doutrinária e política norte-americana sobre as Forças Armadas brasileiras, particularmente sobre o exército. Tal influência, contudo, também gerou resistências, adaptações e tensões no corpo de oficiais.*

No século XX os exércitos sul-americanos passaram por dois grandes ciclos de modernização associados a potências estrangeiras. No primeiro, missões militares alemãs e francesas foram vitais para a criação de forças modernas e profissionalizadas na região, gerando, também, implicações políticas domésticas no Chile, Argentina, Peru e Brasil (Nunn 1983). O segundo ciclo, apesar de uma breve concorrência antes da II Guerra Mundial, foi marcado pela progressiva influência material, doutrinária e ideológica das forças armadas dos Estados Unidos a partir dos anos 1940. Em cada país essa influência teve suas peculiaridades; em função disso, este texto aborda, a partir da estruturação e funcionamento de canais institucionais, a cooperação e influência norte-americana sobre o Exército Brasileiro na década de 1940 e início de 1950. Estes canais foram as comissões militares mistas que funcionaram em Washington e no Rio de Janeiro a partir de 1942, os programas de visita e treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos e os programas de assistência norte-americana às instituições de ensino militar no Brasil. Tais programas, somados às transferências de material bélico, resultaram numa forte influência organizacional e política sobre as forças armadas brasileiras, particularmente sobre o exército.

As relações militares entre Brasil e Estados Unidos no período aqui abordado foram tributárias de um padrão estabelecido durante a II Guerra Mundial, quando foram estabelecidos os mecanismos que viabilizaram a interação entre oficiais dos dois países. Também neste período, os militares brasileiros sedimentaram os objetivos de longo curso que informaram as relações com os Estados Unidos: aquisição de armas e equipamentos modernos, desenvolvimento de uma indústria bélica autônoma (ligada à industrialização mais ampla do país) e supremacia

Gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo aporte de recursos necessários ao desenvolvimento desta pesquisa.

militar regional, particularmente em face à Argentina.<sup>1</sup> Apesar da assimetria e dependência material, a cúpula militar brasileira tendia a ver as relações com os Estados Unidos como uma via para a modernização de sua organização e, a longo prazo, para a autonomia estratégica do Brasil. A aliança, renegociada em diferentes momentos, possuía ainda um ponto de convergência importante: o anticomunismo, que vinha sendo cultivado pela cúpula militar brasileira de forma crescente desde a insurreição de 1935.<sup>2</sup>

Nos Estados Unidos, este período marcou a definição do continente como sua esfera de influência e território integrante de sua estratégia de “defesa hemisférica” (Moura 1980; Conn e Fairchild 2000). Durante a guerra, a posição do Brasil no sistema de poder norte-americano foi de grande relevância regional, sobretudo devido às bases na região nordeste; entretanto, no final da guerra e no início da Guerra Fria, essa importância declinou sensivelmente. Num contexto em que as Américas possuíam baixa prioridade nos programas de assistência militar, o Brasil era enquadrado na política regional de equilíbrio juntamente com a Argentina e o Chile. Dessa forma, para Washington, buscava-se apenas manter o alinhamento brasileiro, as bases militares e o fornecimento de matérias-primas estratégicas. Sem maiores distinções, o Brasil deveria ser integrado aos planos de padronizar as forças armadas do continente, evitando a retomada da influência europeia, e restringir o comunismo e o crescimento de um nacionalismo que afetasse interesses norte-americanos (Haines 1989).

Devido a esta coincidência apenas parcial de objetivos, argumenta-se que, tanto no contexto da II Guerra Mundial quanto no dos primeiros anos da Guerra Fria, as conexões militares com Washington foram seletiva e pragmaticamente negociada pelos oficiais brasileiros, pois nem sempre as formulações quanto à política de defesa nacional do Brasil convergiam com as de defesa hemisférica elaboradas nos Estados Unidos. No plano interno, apesar de o exército brasileiro ter-se aberto à influência norte-americana, houve resistências, adaptações e questionamentos que tensionavam as relações militares entre os dois países.

Para desenvolver estes pontos, o presente texto foi estruturado em quatro partes: a primeira reconstrói a criação dos espaços institucionais que funcionaram como facilitadores e, em alguns momentos, como coordenadores das relações entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos; a segunda focaliza a interação com a estrutura militar norte-americana durante a II Guerra Mundial; a terceira analisa o pós-guerra e as mudanças e adaptações processadas nessas relações militares num contexto de incerteza política interna e externa; por fim, aborda o final dos anos 1940 e o início dos 1950, quando se consolidam novos marcos de cooperação militar entre os dois países em meio a fortes clivagens na oficialidade brasileira.

1. O relatório do Ministério da Guerra de 1941 é particularmente claro neste sentido quando lista as condições necessárias ao abastecimento do “futuro parque industrial bélico” brasileiro e manifesta a intenção da cúpula militar de tornar o país uma “grande potência mundial, verdadeiramente independente” (*Brasil: Relatório das principais atividades do Ministério da Guerra durante o ano de 1941* [Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1942], 10; disponível no Centro de Documentação do Exército (CDocEx) em Brasília).

2. Em novembro de 1935 a Aliança Nacional Libertadora organizou uma insurreição que deveria desencadear uma revolução popular no Brasil. Seu alcance, contudo, ficou restrito a algumas guarnições militares.

## A CONSTRUÇÃO DOS CANAIS INSTITUCIONAIS

O processo de aproximação das forças armadas brasileiras às estadunidenses insere-se no quadro do alinhamento diplomático do Brasil com os Estados Unidos e da construção daquilo que Gerson Moura (1980) denominou como sistema de poder deste país na América Latina. Neste marco mais amplo, que se delineava no início dos anos 1930, as forças armadas brasileiras, e o exército em particular, tiveram um protagonismo crescente no Brasil, influenciando em diferentes esferas da política nacional. Isso lhes permitiu fazer das suas necessidades de reequipamento um item importante da agenda de política externa brasileira, de modo a compor os termos da barganha brasileira pelo seu alinhamento na II Guerra Mundial. Até a ruptura de relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, em janeiro de 1942, os militares brasileiros buscaram o atendimento de suas demandas por material bélico tanto na Alemanha ou na Itália quanto, eventualmente, nos Estados Unidos de forma que o mercado brasileiro foi objeto de uma intensa competição entre diferentes potências (Hilton 1977).

Mais do que compra de armas, estavam em pauta os alinhamentos para o conflito que se avizinhava. Em função disso, os Estados Unidos, que desde a implantação da política de boa vizinhança vinham num processo de aproximação diplomática, empreenderam um movimento semelhante na esfera militar de modo a difundir uma imagem positiva de Washington e criar canais e vínculos na região. Assim, a diminuta representação militar estadunidense na América Latina foi incrementada e, a partir de 1940, foram estabelecidos acordos de cooperação militar com quase todos os países (Conn e Fairchild 2000). No caso brasileiro, a sedimentação dessa imagem e dos acordos era importante para deslocar a influência militar europeia em favor dos Estados Unidos; para facilitar as negociações em torno da cedência de bases e de uso do espaço aéreo, necessários para a segurança de determinados pontos críticos como o canal do Panamá e para as negociações que visavam garantir o fornecimento de matérias primas estratégicas. Num contexto em que ainda havia restrições legais à exportação de armas nos Estados Unidos, o Brasil fazia parte da estratégia estadunidense de consolidar a América Latina como uma região à salvo de influência europeia e com isso garantir a projeção da sua influência política e econômica sobre o continente, fortalecendo sua posição face às potências rivais (Schoultz 2000).<sup>3</sup>

A diplomacia brasileira procurava explorar essa rivalidade para melhor atender às demandas domésticas de industrialização, projeção regional e rearmamento de suas forças armadas, que também consideravam a industrialização essencial para garantir a defesa nacional a longo prazo. Até a eclosão da guerra na Europa, o Brasil tinha como trunfos a sua capacidade de fornecer matérias-primas estratégicas e o desejo de comprar armas e, em função disso, manteve uma “equidistância pragmática” face às potências (Moura 1980). Com a irrupção do conflito, o Brasil

3. O esforço de aproximação estadunidense do Brasil não esteve circunscrito apenas aos militares, um número significativo de intelectuais, artistas, escritores e estudantes também visitou os Estados Unidos a convite do Departamento de Estado ou de agências especializadas montadas para a “boa vizinhança” e o pan-americanismo, como o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs. Para esta questão, ver Tota (2000).

logo se tornou peça importante na estratégia regional norte-americana, o que permitiu nas negociações bilaterais paralelas às conferências interamericanas, que a adesão brasileira aos Aliados e a cedência de bases no nordeste fosse barganhada por créditos para a construção de uma siderúrgica e pelo reequipamento de suas forças armadas.

As primeiras conexões entre as forças armadas do Brasil e dos Estados Unidos começaram a ser estabelecidas com a contratação de uma pequena missão naval em 1922 e de uma missão de instrução de artilharia de costa em 1934 (McCann 1983). Esta última constitui um marco importante, porque foi estabelecida ainda durante a vigência da Missão Militar Francesa junto ao Exército Brasileiro. Positivamente avaliada pelas autoridades brasileiras, a missão começou a sedimentar confiança entre oficiais brasileiros e estabeleceu um *modus operandi* observado posteriormente: presença marcante na estrutura de ensino militar e forte preocupação com os aspectos técnicos da profissão militar.<sup>4</sup>

A dimensão política dessa aproximação, ainda modesta, projetou-se em junho de 1939 quando o chefe do estado-maior do exército dos Estados Unidos, George Marshall, visitou o Brasil expondo abertamente a intenção de um acordo de cooperação militar. Em retribuição à visita e para detalhar as negociações, Góes Monteiro, chefe do estado-maior do exército, seguiu para os Estados Unidos a convite daquele país, lá permanecendo por mais de dois meses. Nesta ocasião, foram expostas as preocupações norte-americanas quanto à defesa do norte e nordeste da América do Sul e a possibilidade de se instalar bases militares em território brasileiro. De outra parte, Góes Monteiro, informou que a cooperação militar brasileira seria “tanto maior quanto maior for a quantidade de material [bélico] enviado pelos Estados Unidos”.<sup>5</sup>

Este era o momento no qual a posição para barganhar era mais favorável ao Brasil; a guerra ainda não começara e Alemanha e Itália tornaram-se importantes fornecedores de armamentos nos marcos do “comércio compensado”. Em função disso, Góes podia afirmar a Marshall que o deslocamento das tropas brasileiras do sul para o nordeste, região de interesse dos Estados Unidos, dependeria do material ofertado por este país e que tal não poderia nunca ser fornecido em condições menos vantajosas que os contratos firmados com a Alemanha.<sup>6</sup>

As negociações avançavam pouco, pois a legislação norte-americana não permitia ainda a venda ou fornecimento das armas e equipamentos demandados pelos militares brasileiros. Entretanto, Washington procurou cultivar a boa vontade brasileira enviando aeronaves para as comemorações do cinquentenário da proclamação da república no Brasil, convidando oficiais a visitar os Estados Unidos

4. Os relatórios do Ministério da Guerra de 1934 e 1935 elogiam a atuação da missão norte-americana na instrução de oficiais e sargentos, em 1936, quando a missão é renovada pela primeira vez, o relatório informa a respeito da elaboração conjunta de um plano de defesa costeira e em 1938 é reportada a consolidação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, dirigido pela missão.

5. Relatório da viagem aos Estados Unidos do general Góes Monteiro, Arquivo Histórico do Exército (AHEX), Arquivo Góes Monteiro, caixa 9-a, pasta 5, subpasta 2.

6. Carta de Góes Monteiro a George Marshall, 8 agosto 1939 (citado em Silva 1972, 156).

e oferecendo técnicos para orientar a indústria bélica no Brasil.<sup>7</sup> Tais iniciativas não distinguiam o Brasil dos demais países da região. Contudo, após um polêmico discurso, no qual o presidente Vargas criticou o liberalismo e elogiou os estados fortes, justamente no momento que a França estava prestes à capitular, as negociações aceleraram, preparando a instalação no Rio de Janeiro da primeira comissão para discutir assuntos de cooperação militar.

As mudanças na legislação norte-americana (Cash and Carry Act e Lend-Lease Act) facilitaram a ampliação dos canais entre as forças armadas dos dois países. Em janeiro de 1941 a missão de artilharia de costa foi renovada e ampliada, prevendo agora a cooperação técnica também na aviação militar, então integrada ao exército. Paralelamente, o estado-maior do exército dos Estados Unidos avançava na sua estratégia de cultivar os militares latino-americanos. Em maio, o primeiro grupo de quarenta e cinco oficiais latino-americanos concluiu seus cursos nas escolas de artilharia de costa, artilharia de campanha e infantaria dos Estados Unidos. O Departamento da Guerra avaliou positivamente a experiência, na qual os oficiais da região teriam ficado bastante impressionados com a eficiência das escolas cursadas, com destaque para os brasileiros, que lideravam o grupo. Em junho, os Estados Unidos enviaram convites para a formação de um novo grupo de setenta e cinco oficiais para realizar cursos e estágios em várias escolas e unidades do exército por um período de seis meses naquele país.<sup>8</sup>

Em julho de 1941 reuniu-se pela primeira vez no Ministério da Guerra uma comissão composta por oficiais brasileiros e norte-americanos. Porém, o ambiente não era exatamente de plena confiança e as negociações esbarravam em obstáculos como: a recusa brasileira em aceitar que tropas estadunidenses operassem na defesa das instalações previstas para a região nordeste do país; os atrasos nas remessas de armas; ou a desconfiança dos militares norte-americanos quanto às inclinações ideológicas da cúpula militar brasileira (Svartman 2008).

A criação do Ministério da Aeronáutica, fora da órbita militar, e a implantação do Programa de Desenvolvimento de Aeroportos, a cargo da companhia aérea Panair, constituiu uma manobra importante no sentido de aliviar tensões e permitir o avanço na construção das bases então em negociação (McCann 1995). A entrada dos Estados Unidos oficialmente na guerra, em dezembro de 1941, e a realização da III Reunião Consultiva de Chanceleres no Rio de Janeiro, na qual o Brasil e a maioria dos países do continente romperam relações diplomáticas com o Eixo, forçou a definição nas relações militares entre Brasil e Estados Unidos. Embora nem todas as tensões fossem dissipadas, a interação entre militares de ambos os países foi crescente desde então.

A conferência do Rio marcou o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos na II Guerra Mundial e criou um novo canal de comunicação entre as forças armadas do continente, a Junta Interamericana de Defesa (JID). Este organismo, com sede

7. Carta de George Marshall a Góes Monteiro, 5 de outubro 1939 (citado em Silva 1972, 162s).

8. Memorandum for the Chief of Staff, May 7, 1941, Memorandum for the Military Attachés, June 3, 1941, Record Group (RG) 407, Army decimal file 1940–1945, “Foreign Officers Attending US Military Schools”, National Archives and Records Administration (NARA).

em Washington, foi criado em março de 1942 e tinha por objetivo reunir militares representado as repúblicas americanas para elaborar estudos e recomendações necessários à defesa do continente. Todavia, durante a guerra, a JID acabou desempenhando um papel mais simbólico e de ampliação de contatos que de coordenação efetiva. A abordagem multilateral que o seu formato pressupunha, arquitetada pelo Departamento de Estado norte-americano, contrariava a orientação predominante entre os militares daquele país, que pretendiam continuar com a prática de estabelecer acordos bilaterais com os países da região conforme os interesses e especificidades de cada caso, mantendo, assim, maior liberdade de ação (Atkins 1997). Em função disso, os Estados Unidos estabeleceram ou renovaram acordos bilaterais de escopo diferenciado com México, Canadá, Venezuela e Brasil, entre outros (Conn e Fairchild 2000).

Assim, em 23 de maio foi assinado o acordo que criou as duas comissões que desempenharam papel chave no desenvolvimento das relações militares entre as forças armadas do Brasil e dos Estados Unidos durante a II Guerra Mundial e a Guerra Fria. Trata-se da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (Joint Brazil-United States Military Commission), que funcionava no Rio de Janeiro e da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (Joint Brazil-United States Defense Commission), que funcionava em Washington. Inicialmente, esta última possuía maior relevância, pois deveria realizar estudos e recomendações relativos à defesa mútua. Era composta por oficiais que representavam as Forças de terra, ar e mar dos dois países, sendo cada um deles indicados por seus governos. As recomendações deveriam ser aprovadas por ambas as delegações. Durante a guerra, a Comissão de Defesa também operou como facilitadora entre o Brasil e as indústrias militares norte-americanas. Da mesma maneira que viabilizava o treinamento de técnicos brasileiros junto a estas empresas, a comissão permitiu o desenvolvimento de laços estreitos entre oficiais brasileiros influentes e executivos norte-americanos (Davis 1996).

A Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (CMMBEU) foi o mais complexo e duradouro canal institucional de cooperação militar entre os dois países. Durante a guerra ela incorporou as missões e comissões que a precederam no Brasil; sua finalidade consistia em articular as medidas necessárias à cooperação entre as autoridades militares dos dois países e desenvolver o planejamento entre os estados-maiores conforme as recomendações aprovadas pela Comissão de Defesa sediada em Washington. Fazia parte de suas atribuições também listar as solicitações brasileiras ao programa de *land-lease*, bem como promover atividades de treinamento militar no Brasil conforme os padrões norte-americanos. Ela desempenhou ainda importante papel nos programas de envio de oficiais brasileiros para estudos nos Estados Unidos, na tradução de manuais e contribuiu no planejamento preliminar da Força Expedicionária Brasileira (FEB).<sup>9</sup> Os chefes das representações de cada país reportavam-se diretamente aos seus respectivos Estados-Maiores, sem passar pelas vias diplomáticas. A comissão, portanto, ga-

9. Brasil, Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1942), 23; Joint Brazil-United States Military Commission (JBUSMC) and the Brazilian Army, RG 333, Record of the International Military Agencies, JBUSMC, 1946-1952, caixa 6, NARA.

rantiu um contato direto, permanente e intenso entre militares brasileiros e norte-americanos. A continuidade da sua existência depois de 1945 fez dela o mais importante canal institucional de relação entre os militares do Brasil e dos Estados Unidos.

#### A INTERAÇÃO DURANTE A II GUERRA MUNDIAL

De 1942 a 1945 as relações militares entre Brasil e Estados Unidos alcançaram o seu grau mais intenso. A interação compreendeu a operacionalização das bases militares, a remodelação das forças armadas brasileiras, a implantação de programas de treinamento e, depois da entrada do Brasil na guerra, por ocasião dos ataques alemães à navegação brasileira, a execução de operações no Atlântico e na Itália, nas quais as tropas brasileiras estiveram subordinadas às norte-americanas. A CMMBEU esteve presente em todos esses processos. No caso do exército, o impacto dessa interação afetou, inicialmente, apenas a parte da oficialidade que realizou cursos nos Estados Unidos ou que participou do esforço de criação da FEB. No entanto, a imprensa especializada brasileira tratou de dar ampla repercussão ao modelo militar estadunidense e a discutir a necessidade de se adaptar doutrinas e procedimentos à nova realidade da guerra.

A criação da FEB, enfrentou a desconfiança dos Estados Unidos e a resistência da cúpula militar brasileira, que temia por sua capacidade de controlar os rumos da ditadura do Estado Novo. Todavia, acabou sendo percebida como uma oportunidade na qual uma participação mais efetiva na guerra ampliaria o envio de armamentos dos Estados Unidos e daria ao Brasil uma posição melhor nas negociações de paz (McCann 1995). Quando a criação da força expedicionária assumiu contornos mais definitivos, no início de 1943, a carência de armas e equipamentos era apenas um dos problemas. Havia que se preparar um corpo de oficiais superiores que compreendessem os padrões operacionais e organizacionais norte-americanos, um corpo de oficiais subalternos que conhecessem os armamentos e táticas de combate e um corpo de suboficiais habilitados a operar e manter os equipamentos que seriam fornecidos pelos Estados Unidos.

Subalternos e suboficiais foram treinados no Brasil ou na Itália. Contudo, os superiores foram enviados para realizar cursos nos Estados Unidos e os de estado-maior na Command and General Staff School. Assim, a partir de meados de 1943 iniciou-se um fluxo de mais de mil de oficiais brasileiros para realizar cursos e estágios em diferentes centros do Exército norte-americano. O objetivo era converter a sua formação francesa calcada na guerra de trincheiras para a guerra de movimento e familiariza-los com os regulamentos, equipamentos e armamentos empregados pelo exército daquele país. Nas palavras de Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, tratava-se de “uma revisão quase revolucionária de princípio” e que deveria “fazer sair, de um maquinismo montado à francesa, uma força expedicionária que funcionasse à norte-americana” (Moraes 2005, 28). A ideia de enviar oficiais brasileiros aos Estados Unidos surgiu na CMMBEU e, conforme o general Leitão de Carvalho (1952, 359), “facultaria, através de um grupo de elite, o contato entre os quadros permanentes das duas corporações, permitindo assim que seus membros se conhecessem, se apreciassem, e se preparasse a atmosfera



psicológica necessária a uma confiante colaboração na guerra". Os programas previam uma semana de adaptação dos oficiais, seis a oito semanas de instrução, duas a três semanas de estágios ou manobras e, por fim, uma semana para turismo nos Estados Unidos.

O estado-maior do Exército Brasileiro procurava informar-se a respeito do que se passava nas instalações militares frequentadas por seus oficiais. Relatórios enviados por oficiais brasileiros tendiam a chamar atenção para a brevidade, flexibilidade e objetividade dos centros de instrução, o que sugere que os oficiais brasileiros percebiam no modelo norte-americano uma espécie de simplificação em grande escala daquele que lhes fora transmitido em duas décadas de funcionamento da missão militar francesa no Brasil.<sup>10</sup>

O impacto destas experiências na oficialidade era grande, porém diverso. Um jovem oficial de artilharia que estagiou no forte Sill e que, como seus colegas, circulou por Nova York, Washington e Miami, mesmo declarando-se oriundo do "integralismo doutrinário", atestava com entusiasmo a eficiência da estratégia norte-americana de abrir suas escolas militares aos brasileiros: "Ir aos Estados Unidos é transformar-se num entusiasta do pan-americanismo. Porque eles nos atraem e nos conquistam pela grandeza dos empreendimentos e realizações e, acima de tudo, pela educação e boa fé do povo. Comedidos, pouco ruidosos, atenciosos e solícitos, inspiram confiança, amizade e um ardente desejo de colaboração ativa e franca" (Henriques 1959, 14).

Todavia, noutros depoimentos prevalece uma visão mais moderada e crítica, que ensejou uma apropriação bastante seletiva dos saberes lá difundidos. Conforme o posterior depoimento de Henrique Teixeira Lott havia oficiais brasileiros com "instrução militar muito maior que a dos oficiais que me estavam ensinando na Escola Superior de Guerra [*sic*], devido à ligação que mantivemos com a Missão Militar Francesa".<sup>11</sup>

Questionado se, posteriormente ao participar da organização da FEB, aplicara os conhecimentos adquiridos nos Estados Unidos, Lott respondera: "Não, estava aplicando o que aprendi em toda minha vida militar".<sup>12</sup> O depoimento de outro oficial que mais tarde alcançou o generalato, Antônio Carlos Murici, segue a mesma linha de Lott ao enfatizar o caráter seletivo das incorporações: "Em concepção nós não tínhamos nada a dever ao americano [ . . . ] em problemas logísticos, [o estágio nos Estados Unidos] foi um verdadeiro ensinamento. Não tínhamos recursos, porque as despesas militares em terra eram muito grandes . . . O sistema logístico de apoio — munição, fardamento, equipamento, alimentação, gasolina e tudo isso — exige uma técnica que nós não tínhamos".<sup>13</sup>

Depreende-se que os militares profissionais brasileiros, já com experiência de estado-maior, compreendiam perfeitamente o contexto em que se inseriam nos Estados Unidos: o de um exército expandido engajado numa massiva guerra total,

10. Ver, por exemplo, o Relatório do Estágio feito pelo tenente coronel Armando Batista Gonçalves. AHEx. Doc. C2A-328, 7 de fevereiro 1944.

11. Depoimento concedido ao CPDOC entre outubro e novembro de 1978, 59.

12. *Ibidem*, 59s.

13. Depoimento concedido ao CPDOC em fevereiro de 1981, 185.

que, por sua vez tinha urgência em formar quadros com pessoal não profissional. Oriundos de uma sociedade ainda pré-industrial, os militares brasileiros percebiam suas limitações logísticas.

Para além dos aspectos estritamente militares e operacionais, Muricy mostrou-se mais impressionado com a capacidade de mobilização de recursos dos Estados Unidos. Referindo-se às visitas que fez às instalações militares daquele país, por ocasião do curso de estado-maior, assinalou que “nós vimos que, realmente, os Estados Unidos eram uma potência industrial capaz de fazer o milagre que fez”.<sup>14</sup>

Os cursos nos Estados Unidos, o treinamento no Brasil e a experiência da FEB revelaram uma abertura mais ampla à presença norte-americana no exército brasileiro. A necessidade de modernizá-lo era evidente para a sua cúpula e revistas especializadas como *A Defesa Nacional* vinham publicando artigos que procuravam avaliar as mudanças em curso na forma de se fazer a guerra. No entanto, até então a referência era majoritariamente europeia, observável em artigos como o do coronel Araripe, publicado em 1941, que utiliza farta bibliografia francesa para avaliar a *blitzkrieg* alemã e apontar a necessidade de reformulações e adaptações para o caso brasileiro (Araripe 1941). Durante a década de 1930 são raras as menções aos Estados Unidos nesta revista, em 1941 apenas seis artigos relacionados aos Estados Unidos foram publicados neste periódico mensal. Depois de 1942, no entanto, o impacto do estreitamento dos laços é visível: quinze artigos são publicados neste ano, grande parte deles, traduções de publicações militares norte-americanas. No ano seguinte, manuais, vocabulários, artigos da revista *Life* e até gírias são traduzidos, bem como relatos de oficiais que estagiaram nos Estados Unidos. Até 1945 textos traduzidos do inglês ocuparam muitas das páginas da revista, fazendo repercutir a influência norte-americana junto aos militares que serviam nas guarnições mais afastadas.

Conforme a II Guerra Mundial começava a se definir favoravelmente aos Aliados, no segundo semestre de 1944, as relações militares entre Brasil e Estados Unidos passam por novos ajustes. Antes do embarque da FEB, as bases eram o principal símbolo da aliança militar com os Estados Unidos e, naquele momento, o único instrumento de barganha do Brasil numa conjuntura em que sua relevância estratégica começava a declinar. Percebendo isso, um articulista d'*A Defesa Nacional* sugeria: “Fortifiquemos e guarnecemos fortemente as bases do nordeste para aumentar-lhes o valor e a cobiça pelos outros povos, porém não nos aliamos a nenhum partido. Fiquemos de mãos livres para, no momento oportuno, jogar com elas —trunfo inestimável— no tabuleiro da política internacional, de acordo com nossos interesses” (Fialho 1944, 937).

Embora houvesse disposição no meio militar para uma negociação mais incisiva, quando os Estados Unidos solicitam a continuidade do uso das bases após o final da guerra, o Brasil rapidamente estendeu a concessão por mais dez anos. Acreditava-se que isso manteria o vínculo e as remessas de equipamento que garantiriam a projeção regional do Brasil (Davis 1996). Como se verá adiante, a

14. *Ibidem*, 193.

assimetria da relação, que explicitava forte dependência brasileira face aos Estados Unidos, não permitiu que a expectativa da cúpula brasileira se realizasse inteiramente.

A guerra permitiu uma elevada de interação entre as forças armadas do Brasil e as dos Estados Unidos. Oficiais brasileiros viram instalações militares e cidades de uma grande potência, familiarizaram-se com armamentos modernos e suas táticas de emprego, e com o caráter industrial e as demandas logísticas que a moderna guerra desde então demandava. Amadurecia uma visão mais consciente do atraso brasileiro, a qual ensejou a clivagem ideológica que marcou o exército nas décadas seguintes: defensores da modernização associada aos Estados Unidos e defensores da modernização pela via nacionalista. A dimensão política da FEB acabou limitando seu impacto organizacional. Temendo que Vargas explorasse o êxito dos “pracinhas” em favor de sua popularidade, a cúpula militar ordenou a rápida desmobilização da FEB, além de proibir a formação de associações de veteranos. Começava a batalha pela memória oficial da FEB, que se somou à clivagem político-ideológica estabelecida na oficialidade (Smallman 1998).

#### O PÓS-GUERRA, 1945–1947

O imediato pós-guerra foi marcado por uma série de mudanças no quadro político regional que afetaram também as relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos no geral e entre os dois exércitos em particular. No Brasil, pressões crescentes da oposição à ditadura do Estado Novo e a percepção partilhada por Vargas e pelos militares que o apoiavam de que o regime deveria se adequar ao novo contexto internacional que se desenhava, capitaneado pelos Estados Unidos e pela reafirmação das instituições democráticas, fez com que se encaminhasse um processo de liberalização. Em fevereiro de 1945 foi anunciada a realização de eleições para o final daquele ano, em abril os presos políticos foram anistiados e em maio entrou em vigor a lei eleitoral que pautou a formação dos partidos políticos que dominaram a cena brasileira até 1965 (Bethell 1996). A sucessão presidencial era planejada pela cúpula do regime para ser controlada pelo alto, tendo ninguém menos que o ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra, como candidato do partido oficial, o Partido Social Democrático. No entanto, o processo assumiu contornos inesperados com o fortalecimento dos movimentos sociais e as campanhas, apoiadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em favor da continuidade de Getúlio Vargas no poder. A atitude ambígua de Vargas quanto ao *queremismo* e à crescente onda de mobilização popular serviu de pretexto para a sua deposição em outubro de 1945. Entre os militares golpistas havia um forte temor de uma aliança de Vargas com os trabalhadores e os comunistas.<sup>15</sup>

O anticomunismo fora um ponto central na agenda política da fração dominante dos militares brasileiros e o governo Dutra, empossado em janeiro de 1946, o reforçou ainda mais. Em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional aler-

15. O arquivo de Getúlio Vargas guarda cópia do elucidativo panfleto “Carta aberta aos generais brasileiros”, que, no início de 1945, já conclamava para o golpe; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), GVC 45.02.00 xlvi-b.

tava contra a “virulência dos fermentos sociais” e que “ideologias alienígenas se infiltram no organismo, sem resistências, da nossa sociedade”.<sup>16</sup> Entre as fileira do exército, o anticomunismo foi usado para legitimar a repressão aos militares identificados com Vargas ou com a via nacionalista de desenvolvimento.<sup>17</sup> Durante a presidência de Dutra, que em 1947 pusera fim a breve existência legal do PCB e rompera relações diplomáticas com a União Soviética, a colaboração entre militares brasileiros e estadunidenses nesta área foi intensa e precedeu a formulação das doutrinas e sistemas de alianças que marcaram os primeiros anos da Guerra Fria.

Exemplo dessa colaboração pode ser constatado quando, em dezembro de 1946, o adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro reportava o “endurecimento” da atitude das forças armadas brasileiras face ao comunismo. Segundo o relatório, a crescente hostilidade advinha do fato de a polícia ter apreendido documentos que comprovavam a existência de um grande número de comunistas infiltrados no funcionalismo federal e, em particular, nas forças armadas. Conforme os dados repassados ao adido militar, entre os funcionários civis do exército haveria entre 250 e 300 comunistas, 150 na Marinha, 200 no Ministério da Aeronáutica e mais de 300 no Parque da Aeronáutica. A revelação destas informações teria feito o ministro do exército expedir ordens secretas para demitir todos “comunistas conhecidos” e reforçado o apoio dos militares ao projeto de lei de segurança nacional que tramitava no Congresso.<sup>18</sup>

Independente dos números soarem irrealistas, considerando a frágil organização do PCB, cujas lideranças haviam saído da prisão há pouco mais de um ano, o relatório expressa a mútua colaboração e interesse dos militares de ambos os países na repressão ao comunismo. A diplomacia estadunidense acompanhava de perto as atividades anticomunistas no Brasil (Rodeghero 2007) e havia uma série de iniciativas no sentido de aparelhar as polícias da América Latina nesse sentido (Huggins 1998). Já entre os militares, processou-se uma longa convergência em torno do combate ao comunismo, formalizada em 1948 num projeto que solicitava ao Exército Brasileiro que coletasse, avaliasse e disseminasse informações pertinentes à defesa hemisférica, atuando ainda na área de contrainformação (Davis 1996).

Se a Guerra Fria de certa forma chegou ao Brasil antes das formulações de George Kennan e Harry Truman, as mudanças políticas em Washington afetaram as relações entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos. O final da II Guerra Mundial marcou uma inflexão na política norte-americana para a América Latina que, somada a baixa prioridade da região na estratégia anticomunista até a revolução cubana, enfraqueceu sensivelmente o consenso em torno de se manter “relações militares especiais” com o Brasil. Isso foi sentido ainda em 1945, quando, no âmbito da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, conversações estavam

16. Eurico Gaspar Dutra, mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da seção legislativa de 1947, Rio de Janeiro (1947), 6.

17. As memórias do antigo representante brasileiro na Comissão Militar Mista de Defesa, em Washington, general Leitão de Carvalho, oferecem uma rica narrativa desse ambiente, no qual ele fora impedido até de realizar conferências devido a sua ligação pessoal com Vargas (ver Carvalho 1967).

18. Military attaché intelligence report, Rio de Janeiro, December 5, 1946, RG 319, Records of the Army General Staff, Estimate Military Intelligence Division, NARA.

bastante avançadas para o estabelecimento de um plano de assistência em grande escala que garantiria ao Brasil dois encouraçados, dois porta-aviões leves, quinze *destroyers*, nove submarinos, seis bases navais, um arsenal, equipamento para 180 mil soldados e reservas para vinte e seis divisões, ajuda na construção de estradas de ferro e rodagem para mobilidade militar, apoio para a expansão da Força Aérea Brasileira para seiscentos aeronaves e instalações de terra compatíveis.<sup>19</sup>

Subitamente, contudo, os militares passaram a influenciar menos a política dos Estados Unidos para a região e o Departamento de Estado vetou o ambicioso plano de fortalecimento militar do Brasil, em favor de uma política de restrição de gastos militares na América Latina e de equilíbrio de poder entre Argentina, Brasil e Chile. Tratava-se de mais uma rodada das disputas interdepartamentais em Washington, na qual o Departamento de Estado procurava retomar a condução da política hemisférica num aporte multilateral e os militares, que procuravam manter suas prerrogativas de poder e um aporte bilateral para tratar com os países da região. Depois deste primeiro abalo, seguiu-se a possibilidade de desmantelamento das comissões que articulavam as forças armadas do Brasil e dos Estados Unidos, afinal, um sistema multilateral dispensaria comissões bilaterais. Manobras dos militares americanos que serviam no Rio e do governo brasileiro acabaram garantindo a continuidade da CMMBEU, que diante do inevitável esvaziamento da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, assumiu também as funções do organismo sediado em Washington (Davis 1996).

Estas turbulências, que marcam o início da chamada “desilusão” do Brasil com o seu aliado, contudo, não afetaram a disposição do governo Dutra de manter-se firmemente alinhado com a política externa dos Estados Unidos (Moura 1991). Por sua vez, Washington manteve a orientação de cultivar laços com os militares latino-americanos, particularmente, com os brasileiros. A ênfase recaía, então, no fornecimento de equipamento leve e treinamento, para “fazer dos militares um crescente fator de influência na vida política da região”. O Brasil foi o principal foco desse esforço, que tinha como horizonte padronizar as forças armadas da região para operar em sintonia com os Estados Unidos contra o “expansionismo soviético” e na manutenção da ordem interna (Haines 1989, 39).

Assim, os trabalhos da Comissão Militar Mista seguiram seu curso. Garantida a sobrevivência institucional e passado o período de maior instabilidade política e incertezas no Brasil, entre a deposição de Vargas e a posse de Dutra, a representação americana incrementava suas atividades junto às Forças brasileiras. A Seção de Terra da Comissão, que assessorava o exército, deu continuidade ao programa de envio de militares brasileiros a escolas nos Estados Unidos, ofereceu cursos e procurou aproximar-se das escolas militares brasileiras. A ligação estabelecida entre oficiais da CMMBEU e o estado-maior do exército, que a essa altura parecia neles depositar plena confiança, permitiu que colaborassem ativamente na reforma organizacional implementada em março de 1946.<sup>20</sup>

19. US Department of State, *Foreign Relations of the United States: Diplomatic Papers, 1945—The American Republics*, 600ss.

20. JBUSMC and the Brazilian Army, RG 333, Record of the International Military Agencies, JBUSMC, 1946–1952, caixa 6, NARA. O Decreto-Lei No. 9.100, de 27 de março de 1946, constituiu a nova lei de organização do Ministério da Guerra.

Paralelamente aos trabalhos da Comissão Militar, um atencioso trabalho de relações públicas era feito pelos militares norte-americanos junto aos brasileiros. Para compensar as restrições no envio de armamentos e a recusa em apoiar as demandas brasileiras de supremacia regional e de um assento permanente no Conselho de Segurança da Nações Unidas ONU, acentuavam-se as atividades de treinamento e as visitas de cortesia. Em agosto de 1946, o já célebre chefe do estado-maior do exército, Dwight Eisenhower, visitou o Brasil e, numa breve conferência na escola de estado-maior do exército, procurou reforçar os laços entre os militares dos dois países: “Para o futuro, pretendemos estreitar cada vez mais os laços de camaradagem que unem os exércitos de nossas pátrias, o Brasil e os Estados Unidos. É por isso que incluímos na delegação que veio cooperar com o Exército Brasileiro o que possuímos de melhor no momento, a começar pelo seu chefe”.<sup>21</sup>

É notável como, neste período, o Exército Brasileiro abriu-se à presença e à assessoria dos militares norte-americanos. Em janeiro de 1946 o comandante da delegação dos Estados Unidos na CMMBEU relatava que membros de Seção de Terra assistiram a várias manobras das escolas de estado-maior, de moto-mecanização e da academia militar e puderam constatar, com certo entusiasmo, que “estas instituições, antes fortemente influenciadas por doutrinas de outros exércitos, estão agora empregando, quase que exclusivamente, métodos e doutrinas dos Estados Unidos”.<sup>22</sup>

Mais do acompanhar manobras, oficiais norte-americanos estiveram presentes nas atividades de planejamento, treinamento e forneceram, à pedido do ministro da guerra, um extensivo estudo sobre o sistema militar de ensino. Conforme este estudo de 1947, o sistema de ensino militar brasileiro era bem planejado e suas escolas desempenhavam adequadamente suas funções. Ainda assim, recomendações eram feitas no sentido de sincronizar e padronizar as atividades; em especial, recomendava a adoção do modelo de instrução empregado pelo exército norte-americano. Com relação à academia militar das Agulhas Negras, considerada a melhor das escolas do sistema brasileiro, o estudo recomendava que, para melhor preparar os alunos para seus deveres como “líderes da nação”, o curso deveria enfatizar a “formação do caráter”, o desenvolvimento de uma “mente analítica” e maior familiaridade com as humanidades. No geral, deveria ainda assumir uma estrutura semelhante a da academia de West Point, que forma os oficiais do exército dos Estados Unidos.<sup>23</sup>

O esforço dos oficiais norte-americanos para influenciar seus colegas brasileiros se desdobrava também na disposição para aprender a língua portuguesa e para diligentemente colaborar na tradução de manuais. Os oficiais mais graduados em várias ocasiões realizaram conferências na escola de estado-maior e, em março de 1947, os pedidos de mais pessoal para integrar a delegação dos Estados

21. “Estrato do discurso proferido pelo general de Exército Dwight Eisenhower na Escola de Estado maior do Brasil, em 6 de agosto de 1946”, *A Defesa Nacional*, no. 388 (1946): 731.

22. Monthly Report of Activities of the JBUSMC, January 2, 1947, RG 333, Record of the International Military Agencies, JBUSMC, 1946–1952, caixa 7, NARA.

23. Brazilian Army School System, February 14, 1947, RG 333, Record of the International Military Agencies, JBUSMC, 1946–1952, caixa 7, NARA.

Unidos na CMMBEU foram atendidos, de modo que passaram a servir ali um total de noventa e um militares estadunidenses, apenas na seção de terra.<sup>24</sup>

Este considerável contingente visava suprir também as atividades de treinamento junto à determinadas unidades, como o Regimento Escola, e no caso de sub-oficiais, para uma série de cursos que espelhavam a precariedade do Exército brasileiro em várias áreas. Isto porque eram oferecidos cursos para sargentos não apenas de modernas técnicas da camuflagem, demolição ou de manutenção de motores, mas também de datilografia, direção e produção de bolos e pães. Sempre com o objetivo de estreitar laços e influenciar a reestruturação do exército brasileiro, a delegação americana da CMMBEU procurou formar bibliotecas técnicas além de exibir filmes de instrução no Rio de Janeiro para uma numerosa plateia de militares brasileiros. Deu continuidade aos programas de envio de oficiais para escolas nos Estados Unidos e, para evitar tensões na hierarquia militar, organizava “visitas de inspeção” para oficiais gerais brasileiros às instalações militares norte-americanas, sempre cercadas de cortesias e num clima de amizade. Exemplo de iniciativa para cultivar a alta-oficialidade foi a viagem organizada para a Zona do Canal onde a delegação brasileira foi recepcionada pelo mesmo oficial ao qual a FEB esteve subordinada, o general Willis Critenberger.<sup>25</sup>

O discurso da defesa hemisférica e a convergência de interesses, em determinadas questões como o anticomunismo, não ocultavam uma nuance importante nas relações entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos, que dizia respeito à continuidade da influência francesa. Apesar do encerramento da missão militar e da derrota sofrida em 1940 pela França, cujas tropas eram lideradas por Maurice Gamelin, justamente a figura chave da missão no Brasil em seus primeiros anos, muitos oficiais ainda tomavam a literatura militar produzida naquele país como sua principal referência. Depois de 1945 a imprensa militar brasileira continuou traduzindo artigos de suas congêneres francesas, ainda que em escala bem menor que os de origem norte-americana. O peso da influência francesa fora publicamente admitido em artigo publicado tanto no *Field Artillery Journal* quanto na *Defesa Nacional*, em 1948, no qual um oficial americano da CMMBEU assinalava a dificuldade de “vender” as doutrinas modernas aos oficiais brasileiros que haviam experimentado o modelo francês (Bryde 1948, 147). Essa longa duração da influência francesa fica evidente em reflexões como as de um instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais que, após vaticinar que a “cópia servil nos trará muitos males” assinalava que nos cursos feitos nos Estados Unidos “não há segredos para nós em métodos e processos de instrução, por isso, é necessário que não contramarchemos ou mudemos o rumo [ . . . ] apenas para nos adaptar aos processos adotados para um povo muito diferente do nosso, e que empregou processos ditados por circunstâncias muito especiais” (Garcia 1946, 68).

24. Monthly Report of Activities of the JBUSMC, March 1947; Monthly Report of Activities of the JBUSMC, May 1947, RG 333, Record of the International Military Agencies, JBUSMC, 1946–1952, caixa 7, NARA. O número de militares que deveriam integrar a comissão, e o custo que isso representava, foi objeto de muita discussão no Departamento do Exército. Ver, por exemplo, Personal Authorizations, September 17, 1947, RG 333, Records of the International Military Agencies, JBUSMC, 1946–1952, caixa 9, NARA.

25. Monthly Report of Activities of the JBUSMC, June 1947, Report of trip to Panama Canal Department by Brazilian officers, July 16, 1947.

Bem antes da reaproximação militar com a França (Araujo 2008) e do consumo da teoria da guerra revolucionária (Martins Filho 2008) é possível encontrar vários relatos que avaliam sempre o modelo estadunidense à luz do francês:

Estivemos em Fort Leavenworth, frequentamos seu curso de estado-maior, lemos seus *pre-cis*, os seus regulamentos, assistimos dezenas de conferências e estamos, pois, como todos os que lá estiveram, em condições de declarar que os americanos nada mais fizeram que seguir os regulamentos franceses a adapta-los aos seus materiais, aos seus processos, principalmente formatando-os ao seu espírito prático. A doutrina americana é a doutrina francesa expurgada de seu excesso de teoria e tornada tão prática quanto possível. (Filho 1950, 74s, citado em Stumpf 2010, 153)

Além destes focos de resistência, havia outro entrave mais sério à assimilação plena das doutrinas militares norte-americanas no Brasil: a limitada industrialização e infraestrutura e os escassos orçamentos militares brasileiros. Conforme o relatório de 1945 do estado-maior do exército, a adoção da doutrina e organização americanas, calcadas na motorização, esbarrava na carência brasileira de viaturas e estradas. Já o relatório de 1948 informava que a assimilação das experiências colhidas na II Guerra Mundial quanto à organização e equipamentos norte-americanos, sofrera sério “reajustamento” em virtude da súbita “privação de meios” a que fora submetido o exército.<sup>26</sup> Os limites impostos pelos Estados Unidos às transferências de armamentos e à ajuda econômica forçaram a dependente organização militar brasileira a selecionar e adaptar sua conversão doutrinária. No plano político, emergiam questionamentos quanto à aliança e divisões na hierarquia a respeito das relações com os Estados Unidos.

#### INTENSIFICAÇÃO DA GUERRA FRIA, 1947–1952

O final dos 1940 e o início dos 1950 assistiram a primeira grande escalada da Guerra Fria, quando foram erguidas, desde os Estados Unidos, as principais instituições que modelaram o Bloco Ocidental: a Doutrina Truman e o Plano Marshall, anunciados em 1947, e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949. Na América Latina, a hegemonia norte-americana se cristalizou na assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947 e, no ano seguinte, na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA). O período foi marcado também pelas sucessivas crises que configuraram o sistema bipolar: em 1948 o bloqueio de Berlim, em 1949 a proclamação da República Popular da China e a eclosão da primeira bomba atômica soviética e, em 1950, o início da Guerra da Coreia. No Brasil, o governo anticomunista e pró-Estados Unidos de Dutra teve que se ver com o crescimento do trabalhismo, do nacionalismo (capaz de organizar grandes movimentos, como a campanha do petróleo, e de dividir as forças armadas) e com o retorno de Getúlio Vargas, agora pelas urnas, à presidência da república.

As relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos não poderiam deixar de ser afetadas por este quadro e um dos seus primeiros impactos se deu na criação da Escola Superior de Guerra (ESG), um novo espaço de articulação institucional

26. Relatórios dos trabalhos do Estado-Maior do Exército, 1945 e 1948, in *Documentos do Estado-Maior do Exército* (Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996), 287, 296.



entre militares dos dois países. Depois de longas negociações, a ESG iniciou seus trabalhos em 1949 contando com a assessoria de três oficiais norte-americanos. Subordinada ao estado-maior das forças armadas, a escola fora concebida para desenvolver o “planejamento da segurança nacional”, abrigando militares das três Forças e civis de “notável competência” (Arruda 1983). Fortemente marcados pelo anticomunismo e por uma visão maniqueísta do cenário internacional, os oficiais brasileiros que integraram os primeiros quadros da ESG deram início a formulação da doutrina de segurança nacional (DSN).

O ponto de partida da doutrina era, nas palavras do primeiro comandante da escola, o “conflito ideológico permanente” entre Ocidente e Oriente, no qual o Brasil, por sua “índole cristã” e seus compromissos com os “amigos do Norte” (os Estados Unidos), colocava-se inquestionavelmente alinhado com o Ocidente (Cordeiro de Farias 1949, 5). A concepção bastante dilatada de defesa da doutrina de segurança nacional permitiu a articulação de um discurso por muito tempo empregado para legitimar não apenas a presença de militares no campo político mas o seu protagonismo no Brasil. O processo de elaboração da DSN, no início dos anos 1950, produziu uma combinação heterogênea de aspectos do planejamento e do liberalismo norte-americanos com elementos difusos do chamado pensamento autoritário brasileiro, consumido por uma fração da oficialidade do exército desde os anos 1920. O que cimentava essas ideias era o anticomunismo e a ESG, como se sabe, tornou-se um foco de difusão dessa ideologia.

Como vem sendo descrito, as ligações militares entre o Brasil e os Estados Unidos, apesar de estreitas, nem sempre atendiam plenamente aos interesses formulados pela cúpula militar brasileira, sobretudo no que dizia respeito ao desenvolvimento de uma indústria bélica nacional e à supremacia militar regional, o que acabou fazendo com que os militares brasileiros novamente se voltassem para a Europa a fim de obter armamento moderno. A posterior aquisição de um porta-aviões pela marinha e de caças à jato pela força aérea junto ao Reino Unido são decorrência disso.

Depois da criação do TIAR e da OEA, para o qual a diplomacia brasileira colaborou diligentemente, os militares brasileiros procuraram, de várias formas, escapar do nivelamento com os demais países latino-americanos. Com esse intuito, o ministro da Guerra, Canrobert Pereira da Costa viajou aos Estados Unidos em 1949 na tentativa de negociar a renovação do acordo militar de 1942. Os negociadores militares norte-americanos viam o ministro como o resultado do tratamento de “nação favorecida” conferido ao Brasil, o que teria feito dele, assim como outros oficiais, o um firme apoiador dos Estados Unidos. Em linhas gerais, os militares americanos se mostraram favoráveis à continuidade das relações especiais, pois consideravam relevantes a posição geográfica, a riqueza de matérias-primas estratégicas e o apoio brasileiro no sistema interamericano. Contudo, trataram de deixar claro que havia entraves legais e outras regiões mais relevantes que os impediam de atender a principal demanda brasileira, a obtenção de armamentos modernos.<sup>27</sup> A missão fracassou. Somente três anos mais tarde

27. Memorandum of the Joint Chief of Staff, Washington, DC, March 28, 1949, RG 218, Records of the JCS, Geographical File, Brazil, caixa 19, NARA.

foi assinado um acordo cujos termos, por sua vez, inflamaram o cenário político interno.

Os oficiais norte-americanos que serviam na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos estavam atentos ao descontentamento brasileiro. Em relatório secreto enviado ao estado-maior do exército dos Estados Unidos, o chefe da missão informou que o primeiro objetivo da CMMBEU (desenvolver a capacidade das forças armadas brasileiras proverem a defesa interna e externa e de estarem disponíveis para emprego em outras áreas) era prejudicado pela baixa prioridade conferida ao Brasil nos programas de ajuda militar e pela falta de um acordo específico. O mesmo relatório chamava a atenção para o fato de muitos oficiais ressentirem-se do tratamento que os Estados Unidos conferiam ao Brasil, não o distinguindo dos demais países da região e tomando a posição do Brasil como já consolidada. Como paliativo, sugeria o incremento da propaganda e dos programas de treinamento nos Estados Unidos que seriam “um dos meios mais produtivos de doutrinação indireta das Forças Armadas brasileiras” pois ao retornar ao Brasil os militares tornavam-se “ardorosos apoiadores não apenas das doutrinas militares dos Estados Unidos, mas também do seu modo de vida”.<sup>28</sup> A cooptação se mostrou uma estratégia longamente empregada, sua eficácia, contudo, tinha limites.

As polêmicas em torno do modelo de exploração do petróleo, do envio de tropas para a Coreia e da assinatura do acordo militar expressaram as tensões políticas e ideológicas que as relações militares entre Brasil e Estados Unidos cada vez mais carregavam. As forças armadas brasileiras foram protagonistas importantes da chamada “questão do petróleo” e o Clube Militar palco das polêmicas que definiram correntes opostas no corpo da oficialidade (Peixoto 1980). Assim, controlar o Clube Militar tornou-se chave para as duas correntes e as eleições bianuais para diretoria do clube fundiram-se à política doméstica e às discussões sobre a inserção internacional do Brasil. Em 1950 a ala “nacionalista” venceu as eleições e o novo presidente do clube, general Estilac Leal, qualificara sua vitória como a aprovação de um programa, ligado à “defesa dos interesses e das riquezas nacionais contra a cobiça alheia”. Reafirmava ainda o “propósito de manter as forças armadas, irmanadas ao povo, em sua sagrada missão contra os golpistas e seus movimentos antipatrióticos” (Leal 3–4).

A contraofensiva dos chamados “entreguistas” não tardou. A nova diretoria foi acusada de comunista por publicar na revista do Clube Militar um artigo crítico a ação dos Estados Unidos na Coreia e, no apagar das luzes do governo Dutra, os defensores da modernização associada ao Clube Militar, majoritários entre os oficiais mais graduados, transferiam boa parte da diretoria para unidades afastadas do centro do país (Sodré 1979). Ainda assim Vargas convidou Estilac Leal para o Ministério da Guerra, provavelmente em função de suas declarações favoráveis à posse de Vargas e contra os “especuladores solertes” que se opunham à vontade popular.<sup>29</sup>

Ao longo de 1951 a polarização no meio militar foi crescente, e o ministro alvo

28. Operational Letter Report, October 28, 1950, US Military Commission (JBUSMC), Army Command Reports, RG 407, caixa 16, NARA.

29. CPDOC/FGV, GV 1950.11.15/1.

de severa oposição de boa parte da alta hierarquia. No início de 1952 o comandante da 1ª Região Militar, Zenóbio da Costa, pediu demissão de seu cargo, alegando estar o Clube Militar tomado pelos comunistas, ser grande a infiltração deles no exército e responsabilizando Estila Leal pela situação.<sup>30</sup> Diante da crise e da pressão de generais influentes, o ministro caiu. Ao mesmo tempo corria a campanha para a sucessão do clube, cujas chapas espelhavam a clivagem existente. Marcada pela extrema violência, e pela retórica anticomunista, a vitória da “Cruzada Democrática” na eleição de maio 1951 foi um sério revés para os nacionalistas (Smallman 1998).

Outro tema polêmico que se sobrepunha era a solicitação do governo Truman que o Brasil, e outros países da região, enviassem tropas para apoiar os Estados Unidos na península coreana. A partir de 1951, o novo governo Getúlio Vargas procurou reeditar a fórmula do alinhamento político-militar como instrumento de barganha para obter apoio econômico. A demanda de Washington poderia ser uma oportunidade. A expectativa era que o Brasil enviasse uma divisão (em torno de vinte e cinco mil homens), à semelhança do que fora a FEB. Todavia a eventual participação na Guerra da Coreia acirrou ainda mais as clivagens no corpo da oficialidade, foi condenada pelo Congresso brasileiro, e, diante da reticência de Washington em fornecer a ajuda econômica e militar esperada, tornou-se mais um problema que uma oportunidade, o forçou o governo brasileiro a recusar o pedido norte-americano (Davis 1996; Alves 2007).

Em meio a um cenário de crescente polarização ideológica, a assinatura do acordo militar de 1952 gerou outra crise política. Negociado pelo chefe do estado-maior das forças armadas e pelo Itamaraty, praticamente à revelia de Estila Leal, o acordo enfraqueceu ainda mais o ministro. A sua assinatura, no calor da disputa pelo Clube Militar, e seus termos, que facilitavam a remessa de matérias primas radioativas para o Clube Militar, causaram polêmica, demandaram grande esforço para que, quase um ano depois, o Congresso brasileiro o ratificasse.<sup>31</sup>

O acordo acenava com um novo marco institucional de assistência militar para o Brasil, amparado na legislação do Mutual Security Act de 1951 e no discurso do mundo livre. Permitiu o Brasil ser contemplado pelo Mutual Assistance Program, o famoso MAP, que até meados dos anos 1970 foi responsável por aproximadamente um terço da ajuda militar estadunidense ao país (Mott 2002). Sua assinatura, e ratificação, representou uma vitória para os segmentos mais conservadores das forças armadas (os “entreguistas”) e um revés para os “nacionalistas”. A implementação do acordo sedimentou a profunda dependência de meios de força brasileiros em relação às remessas estadunidenses neste período.

Por outro lado, a criação em 1951 do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) com o objetivo de desenvolver capacidade tecnológica nuclear no Brasil e da Petrobrás, em 1953, ambos os espaços marcados por forte presença militar, indicam a permanência dos objetivos brasileiros de buscar autonomia em setores estratégicos. A clivagem da oficialidade em face aos Estados Unidos, nestes termos, permaneceu até os expurgos de 1964. A partir de então, novas correntes disputaram

30. CPDOC/FGV, GV 1952.03.15.

31. GV 52.02.16.

a via para a realização dos objetivos de longo curso que informaram as relações militares do Brasil com os Estados Unidos.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações militares entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos não foram lineares. Em sua dinâmica, a coincidência apenas parcial de objetivos forçou renegociações que, em muitos aspectos, deixaram de atender as demandas brasileiras. As duas organizações foram capazes de institucionalizar canais diretos, no entanto as decisões mais importantes dependiam de aprovação da autoridade política e sofriam influência do setor diplomático de cada país. A assimetria no desenvolvimento econômico e social forçava várias adaptações que impediam uma replicagem, ainda que em menor escala, do modelo militar norte-americano. Havia também resistências por parte dos oficiais brasileiros, alguns ainda muito influenciados pela missão militar francesa e outros por se oporem à dependência e à agenda anticomunista partilhada por Washington e pelo governo Eurico Gaspar Dutra. Mesmo assim, é notável a intensidade com que o Exército Brasileiro abriu-se à presença de consultores e instrutores estadunidenses em suas escolas e unidades, bem como chama a atenção a importância conferida aos cursos, estágios e viagens de oficiais brasileiros a instalações militares dos Estados Unidos que, em última instância, funcionavam como mecanismos de cooperação.

A amplitude e complexidade das conexões militares entre os dois países impactou profundamente o Exército Brasileiro. Regulamentos, equipamentos e doutrinas oriundos dos Estados Unidos passam a ser empregados nos centros de formação e, progressivamente, em várias unidades. O impacto político não foi menor, pois essa interação, num contexto de fortalecimento do nacionalismo e de recrudescimento da Guerra Fria, proporcionou a criação de espaços de formulação ideológica e de articulação política, como a Escola Superior Guerra, polarizou a oficialidade em torno de temas como exploração de petróleo e participação na Guerra da Coreia e reforçou disposições para o protagonismo na política interna em nome da industrialização e modernização do país e, especialmente, do combate ao comunismo.

#### REFERÊNCIAS

- Alves, Vágner Camilo  
2007 *Da Itália à Coreia: Decisões sobre ir ou não à guerra*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Araripe, Tristão de Alencar  
1941 "Revolução, não, Revisão da doutrina, sim". *A Defesa Nacional* (31): 17–32.
- Araujo, Rodrigo Nabuco de  
2008 "A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930–1964): Declínio ou permanência?" *Esboços—Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC* 15 (20): 245–273.
- Arruda, Antônio de  
1983 *A Escola Superior de Guerra: História de sua doutrina*, 2ª ed. Rio de Janeiro: GRD.
- Atkins, G. Pope  
1997 *Encyclopedia of the Inter-American System*. Londres: Greenwood Press.

Bethell, Leslie

1996 *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bryde, Walter J.

1948 "Atividades de artilharia na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos". *A Defesa Nacional* (410): 145-150.

Carvalho, Estevão Leitão de

1952 *A serviço do Brasil na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo.

1967 *Memórias de um general reformado*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército.

Conn, Stetson, e Byron Fairchild

2000 *A estrutura de defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Bibliex.

Cordeiro de Farias, Oswaldo

1949 *Palestra sobre a organização da ESG*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra.

Davis, Sonny B.

1996 *A Brotherhood of Arms: Brazil-United States Military Relations, 1945-1977*. Niwot: University Press of Colorado.

Fialho, Adaraldo

1944 "O papel das bases estratégicas do nordeste na política brasileira do pós-guerra". *A Defesa Nacional* (367): 9-23.

Filho, Abelardo

1950 "Problemas do Brasil". *A Defesa Nacional* (432): 72-77.

Garcia, José

1946 "Os cursos de comando e Estado-Maior do Exército Americano". *A Defesa Nacional* (389): 827-830.

Haines, Gerald

1989 *The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1955*. Wilmington, DE: Scholarly Resources.

Henriques, Elber de Mello

1959 *A FEB doze anos depois*. Rio de Janeiro: Bibliex.

Hilton, Stanley

1977 *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Huggins, Martha

1998 *Polícia e política: Relações Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Cortez.

Leal, Newton Estilac

1950 "O significado de uma vitória". *Revista do Clube Militar* (107): 3-4.

Martins Filho, João Roberto

2008 "A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 23:39-50.

McCann, Frank

1983 "A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945". Em *A revolução de 30: Seminário internacional realizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas*, editado por Alzira Alves de Abreu, 211-246. Brasília: Editora da UnB.

1995 *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Bibliex.

Moraes, João Mascarenhas

2005 *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Bibliex.

Mott, William

2002 *United States Military Assistance: An Empirical Perspective*. Londres: Greenwood Press.

Moura, Gerson

1980 *Autonomia na dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

1991 *Sucessos e ilusões: Relações internacionais do Brasil durante e após a II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Nunn, Frederick M.

1983 *Yesterday's Soldiers: European Military Professionalism in South America, 1890-1940*. Lincoln: University of Nebraska Press.

Peixoto, Antônio Carlos

- 1980 "O clube militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945–1964)". Em *Os partidos militares no Brasil*, organizado por Alain Rouquié, 71–113. Rio de Janeiro: Record.

Rodeghero, Carla

- 2007 *Capítulos da Guerra Fria: O anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945–1964)*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Schoultz, Lars

- 2000 *Estados Unidos: Poder e submissão—Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração.

Silva, Hélio

- 1972 *1939: Véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Smallman, Shawn C.

- 1998 "The Official Story: The Violent Censorship of Brazilian Veterans, 1945–1954". *Hispanic American Historical Review* 78 (2): 229–259.

Sodré, Nelson Werneck

- 1979 *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Stumpf, Derli, Jr.

- 2010 "Encontrando um novo Mefisto: A americanização do exército e *A Defesa Nacional*, 1942–1950". Dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em história, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Brasil.

Svartman, Eduardo

- 2008 "O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos nas décadas de 1930 e 40". *Estudos Ibero-Americanos* (Porto Alegre) 34 (1): 76–91.

Tota, Antônio Pedro

- 2000 *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.